

---

## Novas buscas por autorrepresentação: jovens negras e o uso do ciberespaço<sup>1</sup>

Elen Taline Silva de Carvalho<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

### RESUMO

O artigo propõe observar/refletir sobre as “novas” formas de autorrepresentação das jovens negras no ciberespaço, trazendo para a reflexão teorizações de feministas negras e perspectivas descoloniais sobre a importância dessa questão. Algumas perguntas servem como bússola: por que é importante falar de autorrepresentação das mulheres negras contemporâneas? Como o racismo operou e opera na construção das identidades/subjetividades/imaginário coletivo/representação das mulheres negras brasileiras? Como as jovens negras têm resistido? Como se configura e quais potencialidades do uso das tecnologias da informação e comunicação pelas jovens negras?

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismos negros, tecnologias da informação e comunicação; jovens negras; autorrepresentação; ciberespaço.

Em movimento, ao lado de outras mulheres, e conectada no ciberespaço, fui me percebendo negra. O reconhecimento da negritude trouxe uma série de inquietações que me permitiram tecer as reflexões deste artigo. Tal escrita é um exercício de amadurecimento intelectual feito dentro do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e dialoga diretamente com minha pesquisa de mestrado em andamento.

O objetivo é observar/refletir sobre as novas formas de autorrepresentação das jovens negras no ciberespaço. Algumas perguntas servem como bússola: Como o racismo operou e opera na construção das representações das mulheres negras brasileiras? Por que é importante falar de autorrepresentação? Como as jovens negras têm resistido? Como se configura e quais potencialidades do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pelas jovens negras?

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 7 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

<sup>2</sup> Mestranda no programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da UFBA, e-mail: elen.talines@gmail.com.

---

No intuito de trazer algumas possibilidades de resposta para as duas primeiras perguntas, farei uma breve revisão de literatura de textos de feministas negras, de teóricos sobre a questão da raça/racismo e perspectivas descoloniais. Para as duas últimas questões, coloco à disposição observações feitas na minha trajetória como ciberativista. Além de trazer teorizações sobre configurações e usos do ciberespaço pelas mulheres negras.

Aceito o convite/desafio de Audre Lorde (1984) para que falemos, para que transformemos nosso silêncio em linguagem e ação, como um gesto de autorrevelação, que certamente envolve riscos, mas de necessidade vital. Nas suas próprias palavras: “[...] em princípio, para todas nós, é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades que acreditamos e conhecemos mais além do entendimento. Por que só assim sobreviveremos participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento” (LORDE, 1984, s/n).

Também aceito a tarefa proposta por Jurema Wenerck (2010) de seguir na construção de nossos próprios termos, de dizer de nós mesmas, de buscar “outras formas possíveis e desejáveis” de representação. E compartilho a compreensão de Patrícia Hill Collins (2016, p.106), quando esta diz que “[...] a autodefinição e autoavaliação não são luxos, são necessárias para a sobrevivência das mulheres negras”.

No contexto contemporâneo brasileiro, a resistência das mulheres negras se desenha múltipla. As configurações complexas da interconexão de opressões que atravessa/conforma a nossa realidade, requer criatividade no processo de luta e superação. Isso é que nos traz Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), Luiza Bairros (1995) e outras intelectuais negras brasileiras em seus textos que, se não atuais em tempo cronológico, oportunos no conteúdo do que refletem.

### **1. Breve teorização sobre raça e racismo**

Cabe, neste momento, discorrer sobre raça e racismo. Recorro, inicialmente, a Kabengele Munanga (2004) quando ele traz uma abordagem conceitual dessas noções. Seu argumento é que raça “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação” (MUNANGA, 2004, p.6). Entendida como categoria etno-semântico e dentro do campo semântico, a raça é um conceito “determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam” (Ibdem).

---

Como observado por Munanga (2004), a raça se constrói de forma hierarquizada, colocando povos em posições de subalternização. Abordado a partir desse entendimento de raça, o autor fala ser o racismo

[...] teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes de características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (p.7/8).

Reforçando que a raça não existe biologicamente- entendimento trazido em diversas teorizações anteriores-, Munanga (Ibdi, p.10) pondera que as categorias mentais que sustentam a raça não desapareceram. “O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam em nossas representações e imaginários coletivos”. Como veremos ao longo deste artigo, são essas representações, que pouco se reconfiguraram com o tempo, que são confrontadas pelas jovens negras, quando estas se auto definem e se autorrepresentam.

Guimarães (2003) teoriza sobre como usar o conceito de raça na sociologia e nos oferece outros elementos para pensarmos. Ele entende a raça como conceito analítico (permite analisar um conjunto de fenômenos e tem sentido dentro de uma teoria) e como conceito nativo (tem sentido no mundo prático e possui sentido histórico). Sobre este último, ele diz que “[...] as raças foram, de fato, um conceito nativo no Brasil, e foram durante muito tempo uma categoria de posição social” (GUIMARÃES, 2003, p.99).

Ao percorrer alguns caminhos teóricos que, no Brasil, tencionaram o uso do conceito de raça, Guimarães (2003) aponta que o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), na década de 1970, reintroduz a ideia de raça e passa a reivindicar a origem africana na identificação das pessoas negras brasileiras. Raça passa a ser parte “do discurso corrente, aceito e absorvido de certo modo pela sociedade brasileira” (p.103).

Uso como aporte as teorizações decoloniais, a partir de Grosfoguel (2008) e María Lugones (2014), para pensar o contexto global do racismo e suas consequências. Grosfoguel (2008, p.124) observa que “a ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global”.

Importante destacar que antes de tal afirmação, o autor discorre sobre a colonialidade do poder, a partir da interlocução com Quijano. Ele diz:

[...] conceitualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-

americanas do Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Fregoso, 2003) de múltiplas e heterogêneas hierarquias ('heterarquias') de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as estruturas de poder (GROSFUGUEL, 2008, p.123).

Na sua proposta de um feminismo descolonial, Lugones (2014, p.939) também dialoga com Quijano e compartilha da “compreensão da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas”. A teórica avança no sentido de compreender a colonialidade de gênero, que se trata da “análise da opressão de gênero racializada capitalista” (Ibidem).

O processo de resistência e superação da colonialidade de gênero é o que Lugones (2014) entende por feminismo descolonial. Ela segue:

“Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela deste dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais do que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz mais com alguém, não em isolamento individualista. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaços e tempo particulares, significativos (LUGONES, 2014, p.949)”.

## **2. O que falamos sobre autorrepresentação?**

Quando Patrícia Hill Collins (2016) propõe refletir sobre a importância sociológica do pensamento feminista negro, ela nos auxilia no entendimento dos temas-chaves de tal pensamento dentro do contexto afro-americano. O primeiro tema destacado é o que versa sobre a autodefinição e a autoavaliação, imprescindível na reflexão que proponho neste artigo e, como veremos adiante, também trazido pelas feministas negras brasileiras. Sobre tal, ela afirma:

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas, externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico da autodefinição das mulheres negras, substituindo imagens definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

---

O trecho curto e que resume o que será destrinchado mais à frente pela autora, consegue trazer questões importantes para começarmos a pensar sobre a importância da autorrepresentação das jovens negras contemporâneas. A agência das mulheres negras nesse processo de se autodefinirem e autoavaliarem o conteúdo dessa definição, a crítica e o enfretamento ao estereótipos controladores são as principais.

Collins (2016) segue trazendo referências de Mae King (1973) e Cherryl Gilkes (1981) para reforçar a importância do que ela chama de adefinição. De acordo com a pesquisadora, a primeira “sugere que os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana e que têm sido centrais para desumanização das mulheres negras” (COLLINS, 2016, p.103). A segunda, “indica que a assertividade das mulheres negras ao resistirem à opressão multifacetada que vivenciam tem sido uma ameaça ao status quo” (Ibdem).

Fazendo uma leitura de Collins e observando o contexto brasileiro, Kia Killy Caldwell (2000, p.102) pontua que tais imagens controladoras servem para “naturalizar práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero. Elas também têm sido usadas para manter a imagem nacional do Brasil como ‘democracia racial’”. Citando Chris Weedon (1999), ela coloca a importância de reconhecer o racismo como força que estrutura as práticas materiais, mas também a produção de subjetividades, tanto das pessoas brancas quanto das não-brancas.

Definir a si própria é rejeitar a suposição de que as pessoas que estão em posição de autoridade para “descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições”, de acordo com Collins (2016, p.104), que afirma que esse processo de definir-se traz e valida o poder das mulheres negras enquanto sujeitos, enquanto humanas. Cada vez mais é possível perceber que essa reflexão tem sido feita pelas jovens negras e tem sido usada para superação do racismo, da desumanização imposta/confrontada.

Pertinente acionar aqui Avtar Brah (2006), quando ela tece reflexões sobre a diferença, a diversidade e a diferenciação. Sua proposta é observar como a diferença tem significados diversos em diferentes discursos e como cada grupo de pessoas é representado por esses diferentes discursos da diferença. Colocando a diferença enquanto categoria analítica, Brah a divide em quatro: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. É esta última que mais interessa aqui. Sobre a qual afirma:

---

Nossas lutas sobre significado são também nossas lutas sobre diferentes modos de ser: diferentes identidades. Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais (BRAH, 2006, p.371)

Não há pretensões, nesta escrita, de discorrer sobre as identidades, pela complexidade do assunto e por não ser foco do artigo. No entanto, não é possível seguir falando sobre autorrepresentação, sem pensar que as identidades se constroem em processo e em relação. Autorrepresentar-se é também diálogo e, como vimos até aqui, confronto com possibilidades de identidades. O que Brah propõe e que nos auxilia nesta teorização, é pensar justamente que a identidade é um processo e o que isso implica. Ela explica:

[...] é mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político. Mas a identidade que é proclamada é uma (re)leitura, uma construção contexto-específica (BRAH, 2006, p.372).

Como bem traz a teórica, as formações discursivas são lugares de poder. Logo, as subjetividades são produzidas nos poros, nos intervalos, dos diversos “lugares de poder que se interconectam”. A mesma prática que produz o poder, pode enfrentá-lo. Aqui ela aciona Foucault e sua reflexão do discurso enquanto prática. O que nos interessa dessa discussão é perceber que as mulheres negras, a partir de diferentes mecanismos, têm tomado o poder para si e construído outras possibilidades de serem.

Trazendo sua trajetória para refletir sobre a intelectualidade da mulher negra, bell hooks (1995) atenta para como sexismo e racismo atuam na perpetuação de um repertório de imagens de representação da mulher negra como destinada a servir. De acordo com ela (Ibdem, p.469), a “iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente denotadas de sexo, de perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” serve para justificar a exploração e o estupro dessas mulheres.

A teórica aponta que, nos meios de comunicação, as principais representações ainda colocam as mulheres negras como mais sexuais, “aberrações primitivas descontroladas”. Como oposição a esse estereótipo, hooks (Ibdem) observa o da mãe preta. “Mais uma vez, essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso, a construção de mulher como mãe (preta), peito amamentando e sustentando a vida de outros”.

---

Aqui é possível fazer um diálogo de bell hooks com as proposições de Lélia Gonzalez (1984) em texto sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira. Esta põe a vista três estereótipos que conformam as representações gerais das mulheres negras brasileiras- da mulata, da doméstica e da mãe preta-, apresentando como se formam, as complexidades e contradições.

Conectando Lélia com outras teóricas negras, Angela Figueiredo (2008, p.246) pondera que “[...] a categoria mulato/mulata não é apenas uma categoria racial, ou uma categoria de cor como poderíamos ingenuamente imaginar; mas ela reflete uma construção social sobre a raça no Brasil em que a cor e os fenótipos são associados aos comportamentos”.

Ao revisitar os feminismos e lançar pensamento sobre as teóricas feministas negras, Luiza Bairros (1995) começa seu artigo analisando um programa de culinária da televisão baiana e também observa as contradições presentes nos estereótipos de mulheres negras. Neste programa- modelo de produto midiático que está na maioria das emissoras brasileiras-, Bairros observa que o estereótipo de boa cozinheira, que seria da mulher negra, é passado para uma mulher branca, que assume o protagonismo. Apesar disso, a autora pontua:

Naquele programa o estereótipo que nos associa a boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel de coadjuvante mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo. Para mim, entretanto, tão poderosa quanto o silêncio, era nossa outra fala transmitida pela pele negra e realçada pelo penteado de tranças da ajudante. Uma imagem posta em nossos próprios termos, desligada das representações de submissão atribuídas a nós mulheres e homens negros. Se por um lado os produtores de TV acham que não possuímos a autoridade e segurança necessárias para ensinar até mesmo o que supostamente fazemos melhor, por outro é evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação, sem que de algum modo emergjam os contra discursos que (re)criamos nas duas últimas décadas. (BAIRROS, 1995, p.458)

Em interlocução com Collins e dialogando com essa afirmação de Bairros, Figueiredo (2008) afirma que, nos últimos anos e a partir de uma investida antirracista e antissexista, as mulheres negras têm valorizado e se orgulhado de seus corpos politizados. O discurso sobre a beleza negra, que começara a emergir na década de 1970, afirmava “os estereótipos antes negados”.

Pertinente retomar a Collins (2016, p.104), quando ela reitera: “ao definir e valorizar a assertividade e outras qualidades ‘não femininas’ como atributos necessários

e funcionais da condição feminina afro-americana, a autoavaliação das mulheres negras desafia o conteúdo de imagens controladoras externamente definidas”. Enxergamos aqui um processo de proposição de novos termos, mas também de ressignificação dos termos que antes subjugavam.

Jurema Werneck (2010), em artigo que resgata as “capacidades propositivas e de atuação protagônica” das mulheres negras, nos oferece recursos imprescindíveis para pensarmos. Observando as articulações feitas pelas mulheres negras tanto dentro do movimento negro, quanto do movimento feminista, ela afirma que

é possível visibilizar, no interior destas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorreram, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade (WERNECK, 2010, p.11).

Ela retoma mitos sagrados de origem africana, que dispõem de figuras femininas ainda atuantes como modelos e “possibilidades identitárias para a criação e a recriação de diferentes formas de feminilidade negra”. A tradição desses mitos sagrados é vista por Werneck como um “repertório maleável e mutante, que responde a contextos históricos, políticos e, principalmente, a projetos de futuro” (Ibdem).

Werneck (Ibdem, p.16) reconhece e nos atenta para as condições de desvantagens nas quais as mulheres negras vêm desenvolvendo estratégias de auto definição e faz o convite que me impulsiona nesta escrita:

De todo modo, ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria. Refiro-me à busca de outras formas possíveis ou desejáveis de expressão e representação do que fomos, do que poderíamos ter sido, do que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo e suas pressões simbolizadas pelo racismo heterossexista, sua dominação econômica e seus ataques no plano simbólico. Ainda que nos reconheçamos múltiplas, mutantes, inconclusas.

As condições de desvantagens que Werneck (2010) aponta podem ser rapidamente identificadas contemporaneamente através de dados oferecidos por dossiês, como o *Dossiê Mulheres Negras – retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O dossiê indica que, no tocante a exclusão digital, em 2009, 73,6% das casas chefiadas por



---

mulheres negras não possuíam computador. Dessas, cerca de 26,3% não possuíam acesso à internet. Trago estes dois dados, tendo em vista que o ciberespaço, com todas as contradições que lhe cabe, traz possibilidades de comunicação mais diversificadas do que as mídias hegemônicas, que ainda têm um modelo de comunicação monopolizador de discursos específicos.

### **3. Jovens negras e o ciberespaço**

Como trouxe na introdução, a percepção da minha negritude foi fortalecida no ciberespaço ao entrar em contato com outras jovens e mulheres negras que estavam produzindo conteúdo naquela época- meados de 2015. Eu, que já pesquisava uso das redes sociais pelos movimentos feministas brasileiros, comecei a ficar inquieta com o que parecia ser uma ausência das mulheres negras neste espaço. Algumas incursões mais aprofundadas foram suficientes para mostrar que eu estava equivocada e que havia sim produção e compartilhamento de conteúdo.

As produções de autoria negra no ciberespaço demonstram que nossa articulação, que há séculos acontece por meio de redes de solidariedade e militância, encontra na internet novos caminhos para que essa conexão se faça em níveis cada vez maiores e ganhe mais capilaridade (MALTA, R.B. e OLIVEIRA, L.T.B, 2016). A força do que tem sido feito e as potencialidades das ações *online* não são diminuídas pela dificuldade que temos de entrar e estar neste espaço.

Antes de trazer as iniciativas que consegui mapear neste tempo, é importante trazer algumas breves teorizações sobre ciberespaço, cibercultura e ciberativismo. As principais teorizações sobre esses conceitos datam do século XX e acontecem no contexto do desenvolvimento da Internet e do uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por ativistas e movimentos sociais<sup>3</sup>.

Como nos traz Muniz Sodré (2007), os avanços tecnológicos, que aconteceram na virada do século XX, possibilitaram a passagem de uma comunicação centralizada e unidirecional para uma comunicação multidirecional, também entendida como

---

<sup>3</sup> As reflexões trazidas neste tópico começaram a ser formuladas na monografia de minha autoria, intitulada “Marcha Mundial das Mulheres e o ciberativismo: análise do Coletivo de Comunicadoras”, sob orientação da professora Dra. Soraya Barreto, como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 2016. Também foi retomada no projeto de dissertação para ingresso no Programa de Pós- graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no ano de 2017.

comunicação “todos- todos”. E isso gera novos discursos, vindos dos mais diferentes sujeitos.

A noção de ciberespaço é formulada no ano de 1984, momento da formação de vários grupos ativistas nas redes virtuais. Nas palavras de Malini e Antoun (2013, p.19), o ciberespaço é “esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens- nomeada assim no seminal ‘Neuromancer’, romance de William Gibson, também datado de 1984 [...]”.

De acordo com Pierre Levy (1999), a interconexão mundial de computadores é o que possibilita o surgimento do ciberespaço. “O termo não especifica apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LEVY, 1999, p. 16).

A cibercultura é, então, “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LEVY, 1999, p.17). O crescimento do ciberespaço, de acordo com este teórico, é possibilitado pela interconexão, pela criação de comunidades virtuais e pela inteligência coletiva.

Os movimentos sociais começam a usar as TICs não apenas na última década do século XX, mas a partir do movimento zapatista e, posteriormente, da Batalha de Seattle a comunicação passou a ser meio e fim de luta. Como aponta Alcântara (2013), há um consenso de que as revoltas zapatistas, que aconteceram no México a partir de 1994, foram o primeiro exemplo de ciberativismo.

A figura do/a ciberativista surge neste contexto de novas formas de ativismo e é conceituado por Ugarte (2008) como “alguém que utiliza a Internet [...] para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas poder e a visibilidade que hoje são monopolizados pelas instituições” (UGARTE, 2008, p.58 apud ARAÚJO, 2012, p.6).

Na segunda metade da década de 1990, estava se desenvolvendo e popularizando, nos Estados Unidos, o uso gráfico e multimídia da Internet, com a criação da *Word Wide Web* (WWW). Também conhecida como *web*, ela possibilitava a transmissão de textos, imagens e sons. Aparecem as homepages, que eram páginas gráficas interativa e, com isso, novas possibilidades de comunicação no ciberespaço foram abertas (ORTIZ, 2007; MALINI e ANTOUN, 2013).

---

E as mulheres nesse contexto? Pesquisadoras de diferentes áreas de conhecimento têm realizado análises aprofundadas da relação das mulheres com as TICs e dos novos feminismos que surgem a partir das possibilidades geradas pelas novas formas de comunicação. Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013) fazem uma reflexão sobre como a “nova sociedade virtual” afeta as mulheres e traçam um histórico dos ciberfeminismos que vêm surgindo. Para elas,

a Internet se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais justo e igual. E o feminismo, que tem muito com que contribuir nesse terreno, já é consciente disso (MIGUEL e BOIX, 2013, p.40).

As teóricas (2013) desconstruem a ideia de que, na rede, acontece a degeneração das pessoas, trazendo como elementos que justificam essa afirmação os conteúdos de videogames e de páginas de pornografia. Aqui cabe também o questionamento se é possível falar em termos de um mundo pós-racial. Zelinda Barros ([200?]) auxilia, neste caso, no entendimento de que não só gênero, mas também raça e classe dificultam e, em muitos casos, impedem o acesso as ferramentas digitais.

Barros (Ibdem) reforça que, apesar de tantos impedimentos, as mulheres negras vêm conquistando espaço e ecoando discursos. Nas suas palavras, “[...] com uma visão renovada do conceito e da prática feministas, as mulheres negras se apropriam de mecanismos que fazem com que suas vozes ecoem cada vez mais longe, lançando as bases para uma articulação em rede potencializada por tecnologias como a Internet” (BARROS, Ibdem, p.3).

Por não ser foco deste artigo, não me deterei nas análises sobre os ciberfeminismos<sup>4</sup>. No entanto, é preciso pontuar as suas diversidades de configurações e o perigo gerado pela tecnofobia por parte de algumas correntes feministas e da falta de posicionamento político por parte de algumas ciberfeministas, como reflete Miguel e Boix (2013). Elas concluem: “o mundo virtual contribui pelo menos para a agitação e para o movimento no cotidiano não – virtual; das estratégias que consigamos desenhar para fortalecer o processo dependerá finalmente que se converta em uma ferramenta decisiva da transformação” (MIGUEL e BOIX, Idbem, p.73).

---

<sup>4</sup> Sugiro a leitura do livro *Internet em Código Feminino – Teorias e Práticas*, organizado por Graciela Natansohn, como aproximação de algumas reflexões sobre os ciberfeminismos e suas configurações.

---

Retomando o que falava sobre minhas buscas pelas vozes das mulheres negras na internet, tratei algumas considerações sobre que consegui achar até então. Os primeiros sites/blogs que tive contato foram o Geledés, Nós Mulheres da Periferia, Blogueiras Negras e Criola. Encontrei também figuras individuais como Djalmila Ribeiro, Stephanie Ribeiro e Tia Má que ganham projeção nacional a partir de seus perfis em redes sociais. Não me deterei em cada uma delas, porém é importante frisar que estas iniciativas e estas mulheres tem perfis diferentes em relação ao conteúdo que produzem e os temas de suas falas.

O que enxergo como ponto de convergência é a denúncia e o combate ao racismo e demais opressões que sofrem (sexismo, classismos, lesbitransfobia, etc). Também a produção de novos termos para falarem de si, das suas vivências e resistências. Como trouxe no começo do artigo, é perceptível que há um movimento de autodefinição. Isso acontece de formas criativas e dinâmicas e ressaltam que as mulheres negras não são um sujeito homogêneo, que a suas especificidades e diversidades devem ser delineadas.

Pertinente destacar também que há muitos canais no *Youtube*, páginas e comunidades no *Facebook* e contas no *Instagram* voltadas para os cuidados com o cabelo crespo. Aqui há um valorização da estética como forma política de resistência. A Marcha do Empoderamento Crespo, por exemplo – que conheci um pouco mais ao mudar pra Salvador no primeiro semestre deste ano-, encontra nas redes sociais um espaço de fortalecimento e compartilhamento.

Por ser meu lócus de pesquisa, gostaria de trazer aqui algumas considerações sobre o Blogueiras Negras (BN), onde converge uma pluralidade de mulheres negras brasileiras. O projeto surge em 2012, tendo como propulsora a Blogagem Coletiva Mulheres Negras, que aconteceu com o objetivo de articular blogueiras negras para produzirem textos articulando o Dia da Consciência Negra e o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. A comunidade *on* e *off-line* reúne cerca de 1.300 mulheres negras, entre as quais estão cerca de 200 autoras (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014).

A missão é “promover a livre produção de conteúdo” para dar visibilidade a temas importantes para as mulheres negras. “A produção escrita é a principal forma em que nós construímos a nossa própria identidade como mulheres negras de ascendência africana” é o que se afirma na descrição do site (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014). Os textos produzidos passam pela curadoria das coordenadoras da iniciativa, Charô Nunes e Maria Rita Casagrande, e são publicados no site semanalmente.

---

O que destaco no conteúdo do site é a diversidade. Atualmente, os textos são divididos por temáticas da seguinte forma: Identidade; Resistência; Saúde e Beleza; Estilo de vida; Cultural e Colunas. Desde que acessei pela primeira vez o BN até o momento em que escrevo este artigo, algumas alterações foram feitas no site. O grupo no Facebook deixou de ser o principal canal de diálogo da comunidade do BN e uma outra ferramenta em forma de aplicativo para android estava sendo usada até recentemente. As agendas e pautas são compartilhadas via email mensalmente para todas as colaboradoras.

Para além da diversidade de temas, o que motivou a escolha do BN como lócus de pesquisa, foi a diversidade de mulheres que escrevem. Elas são de vários estados, condições sociais, níveis acadêmicos e trazem isso em seus textos. Uma passada rápida pelo site permite visualizar textos com caráter autobiográfico, relato de experiência, análises críticas de filmes, reflexões sobre os sistemas de opressão a partir de feministas negras e tantos outros tipos.

Essa característica permite que informações em níveis de densidade diferentes cheguem a mulheres diversas, enriquecendo as possibilidades de trocas e aumentando as chances de ações transformadoras. Foi ali onde eu pude perceber que o fato de eu não ter me enxergado negra por tanto tempo não era algo exclusivo da minha vivência. Foi lá também onde percebi as dimensões do racismo dentro do ambiente escolar e como isso me afeta. Também encontrei várias referências a Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, bell hooks, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e muitas outras.

#### **4. Considerações finais**

Um olhar mais aprofundado sobre estas questões tem sido lançado no processo de pesquisa para a dissertação. Contudo, é possível trazer neste artigo uma parte das complexidades e contradições da atuação das jovens negras no ciberespaço. Além de perceber as possibilidades reais de transformação que isso gera. O movimento de mulheres negras se reinventa a cada passo, mas não perde o ritmo que anuncia mudanças profundas na sociedade.

Um último alerta é o de que não podemos cair na ideia ingênua de que a Internet e tudo que podemos acessar e executar por meio dela não estão atrelados as estruturas de poder da nossa sociedade. Os dados trazidos anteriormente demonstram isso. Importante também frisar que a segurança das usuárias das redes de conexão no ciberespaço está em jogo e é imprescindível tecermos análises sobre ela.

Em passagem recente por Salvador, Angela Davis (2017) trouxe em seu discurso a importância do movimento de mulheres negras para a transformação do Brasil. Tal fato parece não precisar de um olhar externo, quando estamos em momentos de diálogos propostos por mulheres negras brasileiras. As novas possibilidades de atuação são, na maioria das vezes, ancoradas pelos saberes ancestrais das mais velhas, das que mudaram e construíram caminhos antes de nós.

## REFERÊNCIAS

[www.blogueirasnegras.org](http://www.blogueirasnegras.org)

- ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. **Ciberativismo: mapeando discussões**. 37º Encontro Anual da ANPOCS- 2013- SPGO1 Tecnologia, inovação e ciberativismo.
- ARAÚJO, Willian Fernandes. O discurso ativista nas novas mídias: caso Wikileaks. **I Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Santa Maria, mai/jun. 2012.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 1995.
- BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na Internet: cyberfeminismo ou ativismo digital?** Disponível em: [http://www.academia.edu/1497162/Feminismo\\_negro\\_na\\_Internet](http://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet) Acesso: 30 de dez. 2016
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. São Paulo. Jan./Jun. 2006. P.329 a 376.
- CALDWELL, Kia Killy. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Carneiro, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro. Takano Editora, 2003. 16.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. V. 31, n.1. Jan./Abril 2016.
- DAVIS, ANGELA. Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo. Salvador: UFBA, 2017. (Discurso). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2vYZ4IJtgDQ>. Acesso: 03 de out. de 2017.
- FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. IN Sanone, Lívio & Pinho, Osmundo (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ed ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. 1984. P.223-244.
- GUIMARÃES, A.S.A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003
- HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 1995.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.
- LORDE, Audre. Sister Outsider, Ensaios e Conferências - 1984. IN: **Textos Escolhidos**. Difusão Herética. Edições Lesbosfeministas independentes.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set./Dez 2014
- KING, Mae. The politics of sexual stereotypes. **Black Scholar**, n. 4. 1973.
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre. Sulina, 2013.
- MALTA, R.B; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**. Niterói. V. 16, n.2. 1º semestre de 2016.

- 
- MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê Mulheres Negras – retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília. IPEA, 2013.
- MIGUEL, A.; BOIX, M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismo. **Internet em Código Feminino – Teorias e Práticas**. Org. Graciela Natansohn. Buenos Aires. La Crujía, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. P.15-34. In.: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói. EdUFF, 2004.
- ORTIZ, Pedro H. Zapatistas no ciberespaço. In.: FERREIRA, Maria Nazareth. **Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais**. São Paulo. CELACC- ECA/USP, 2007.
- SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura: Do Atual ao Virtual. In.: FERREIRA, Maria Nazareth. **Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais**. São Paulo. CELACC- ECA/USP, 2007.
- UGARTE, D. **O poder das redes**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2008.
- WEEDON, Chris. **Feminism, Theory and the Politics of Difference**. Oxford:Blackweel, 1999.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as))**. V.1, n.1. Mar./Jun. 2010.